

Termo de Referência 50/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
50/2025	153033-UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	LISSANDRO ARIELLE VALE BATISTA	28/07/2025 17:00 (v 6.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	111/2025	23091.013329/2024-68

1. Condições gerais da contratação

1.1. Contratação de empresa especializada nos serviços de instalação, lançamento e manutenção da rede lógica e óptica, com fornecimento de material, nos campi da Universidade Federal Rural do Semi Árido, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	CÓD. PMC-TIC	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de instalação, lançamento e manutenção da rede lógica e óptica, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, nas unidades da Universidade Federal Rural do Semi Árido.		und/serv		1	R\$ 577.045,80	R\$ 577.045,80

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que têm padrões e especificações definidos .

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se referem a uma solução de TIC, que proporciona a sustentabilidade e o pleno funcionamento dos sistemas

tecnológicos da universidade, promovendo um ambiente propício ao desenvolvimento acadêmico e científico, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando os pontos identificados no Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Descrição da solução

2.1. Bens e serviços que compõem a solução

Tabela 1 – Itens de serviços

GRUPO I				
LISTA DE SERVIÇOS				
Serviços de instalação, lançamento e manutenção da rede lógica e óptica, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, nas unidades da Universidade Federal Rural do Semi Árido.				
LOCAIS DE EXECUÇÃO				
<ul style="list-style-type: none"> • Campus Central – Mossoró: Avenida Francisco Mota, 572 - Bairro Costa e Silva, Mossoró - RN CEP: 59.625-900; • Parque Tecnológico e Científico do Semiárido (em construção): Avenida Jorge Coelho de Andrade, S/N, Costa e Silva, Mossoró/RN; • Fazenda Experimental Rafael Fernandes: Sítio Alagoinha, 53-A, Zona Rural, Mossoró - RN; • Sítio/Fazenda da Ilha de Santa Luzia da Ufersa: Ilha de Santa Luzia, Mossoró - RN. • Campus Angicos – Rua Gamaliel Martins Bezerra, 587 - Alto da Alegria, Angicos - RN CEP: 59.515-000; • Residência Universitária Campus Angicos: Travessa Raimundo da Cunha s/n.º - Alto da Alegria, Angicos - RN CEP: 59.515-000; • Campus Caraúbas - Rua Alfredo Alves de Azevedo. Nº: 212 Bairro: Dr. Sebastião Maltês Fernandes CEP: 59780-000 Município: Caraúbas - RN; • Residência Universitária Campus Caraúbas - BR 223, km 1, Sítio Esperança II, Zona Rural, Caraúbas - RN, CEP 59780-000; • Campus Pau dos Ferros - BR 226, KM 405, Bairro: São Geraldo, Pau dos Ferros - RN CEP: 59.900-000; • Polo Serra de São Bento - Av. Prefeito Crisanto Jordão de Moraes, S/N – CEP: 59324-000 – Serra de São Bento/RN. 				
	CATMAT/			

Item	CATSER	Descrição do Bem ou Serviço	Unidade	Quantidade
CABEAMENTO METÁLICO, OBRAS CIVIS E FIBRA ÓPTICA				
1	21210	DIAGNOSTICAR, SOB DEMANDA, DEFEITO EM ATIVOS E PASSIVOS DE REDE - A contratada deverá oferecer um diagnóstico de problemas na rede lógica ativa e passiva, nos meios wi-fi, cabeada, óptica, entre outros, com o objetivo de apresentar possíveis soluções para os problemas identificados. O diagnóstico deverá ser realizado de forma ágil e eficiente, minimizando o tempo de indisponibilidade da rede. Esse item também atende pequenas correções, como: teste/localização em, pelo menos, um ponto de rede; alteração de porta de switch; reconexão de equipamentos; e outros relacionados que não demandem insumos materiais.	UN	500
2	13684	SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE PONTO DE REDE - A contratada deve etiquetar o ponto com a identificação das tomadas seguindo o padrão RxPPxPTxxx, sendo: (R – Rack, PP – Patch Panel, PT – numeração do ponto de telecomunicação, X – sendo a numeração sequencial), conforme a norma EIA /TIA 606-B; O relatório da certificação deve ser entregue em arquivo ou impresso, assinado pelo responsável técnico.	UN	500
3	1260	SERVIÇO DE CONFIGURAÇÃO DE PORTA DE SWITCH - A contratada deverá configurar a porta de acordo com a solicitação da contratante, inclusive a conexão ou mudança de patch cord da porta.	UN	300
4	13692	FIXAÇÃO DE RÁDIO INDOOR/OUTDOOR - Fixar e implantar estrutura necessária para o novo rádio a ser instalado, além de verificação, junto à controladora da solução, o efetivo funcionamento do novo equipamento instalado e anotar informações como MAC do rádio, localização (longitude, latitude) e porta do switch conectada.	UN	200
		INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE RÁDIO PARA ENLACE - A contratada deverá fornecer e instalar o dispositivo do enlace; Enlace ponto a ponto considerando um dos dois locais a serem conectados. Conforme especificações, igual ou superior, do rádio: Padrões: IEEE802.11 a/n; Largura de banda: 5, 10, 20, 40 MHz; Antena: Painel direcional integrado de dupla polarização com ganho de 2220dBi; Interface de dados:		

5	1260	10/100Base-T,(giga) RJ45, com proteção anti-surto; Taxa de transmissão nominal: 300Mbps Modo de operação: bridge e roteadores IPv4 e IPv6; WAN: IP Estático, Cliente DHCP; Segurança: WPA/WPA2-PSK, WPA/WPA2, WACL; Temperatura: até +65°C; Regulamentado pela ANATEL. Modelo de Referência: Intelbras - APC 5A-20 - Esse serviço contempla a retirada de outro rádio em caso de substituição, o mesmo deve ser entregue a equipe de TI local.	UN	6
6	1260	MANUTENÇÃO DE ENLACE DE RÁDIO – A contratada deve fazer certificação, diagnostico, alinhamento e reconfiguração do equipamento de rádio. Podendo realocar em outro local quando solicitado.	UN	6
7	1260	COLETA DE EQUIPAMENTO - RETIRAR EQUIPAMENTO DESCONECTAR CABOS E ENTREGAR NO LOCAL DESIGNADO PELA CONTRATADA - Coleta de equipamento/dispositivo. Contempla a retirada/desmontagem do equipamento, desparafusando, desconectando. O equipamento deve ser entregue a equipe de TI local.	UN	100
8	1260	CONFIGURAÇÃO DE DISPOSITIVO DE REDE - Configuração de dispositivo cliente para acesso a rede, como computadores, notebooks, telefones voip, e demais ativos de rede. Esse item contempla pequenas montagens (conexão) de equipamentos como telefones voip e outros de menor complexidade.	UN	300
9	27570	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CABO DE REDE CAT5e, COM FORNECIMENTO DO CABO - A Contratada deverá fornecer e realizar a instalação horizontal do cabo em eletrodutos, eletrocalhas etc., de acordo com a solicitação da Contratante.	M	1000
10	27570	CRIMPAGEM DE CABO DE REDE CAT5E COM FORNECIMENTO DE CONECTOR MACHO – A contratada deve fazer a crimpagem de cabo CAT5e, com fornecimento de conectores RJ45 macho.	UN	150
11	27570	CRIMPAGEM DE CABO DE REDE CAT5E COM FORNECIMENTO DE CONECTOR FEMEA - A contratada deve fazer a crimpagem de cabo CAT5e, com fornecimento de conectores RJ45 fêmea. Este item contempla a documentação e certificação do ponto de rede.	UN	80

12	27570	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CABO DE REDE CAT6, COM FORNECIMENTO DO CABO - A Contratada deverá fornecer e realizar a instalação horizontal do cabo em eletrodutos, eletrocalhas, etc, de acordo com a solicitação da Contratante.	M	8.000
13	27570	CRIMPAGEM DE CABO DE REDE CAT6 COM FORNECIMENTO DE CONECTOR MACHO - A contratada deve fazer a crimpagem de cabo CAT6, com fornecimento de conectores RJ45 macho.	UN	1000
14	27570	CRIMPAGEM DE CABO DE REDE CAT6 COM FORNECIMENTO DE CONECTOR FEMEA - A contratada deve fazer a crimpagem de cabo CAT6, com fornecimento de conectores RJ45 fêmea. Este item contempla a documentação e certificação do ponto de rede.	UN	400
15	13692	INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE RACK EM PAREDE DE 8U COM ACESSÓRIOS - Fornecimento e instalação de Rack 8 Us fazendo os serviços de fixação em parede com fornecimento de todos os acessórios.	UN	4
16	13692	INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE RACK EM PAREDE DE 12U COM ACESSÓRIOS - Fornecimento e instalação de Rack 12 Us fazendo os serviços de fixação em parede com fornecimento de todos os acessórios.	UN	4
17	17655	INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE ORGANIZADOR DE CABOS HORIZONTAL - Organizador de patch cord, 1U de altura, 07 (sete) cm de profundidade e 19 de largura, com demais itens necessários para sua fixação em rack por parte da CONTRATADA.	UN	50
18	13629	INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE TUBO EM PVC ¾ COM ACESSÓRIOS - Instalação com fornecimento de tudo PVC ¾ e acessórios (luvas, curvas, abraçadeiras, acoplamento, adaptador, bucha, parafuso) por parte da CONTRATADA.	M	200
19	13629	INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE TUBO EM PVC 1 COM ACESSÓRIOS - Instalação com fornecimento de tudo PVC 1 e acessórios (luvas, curvas, abraçadeiras, acoplamento, adaptador, bucha, parafuso) por parte da CONTRATADA.	M	300

20	13629	INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE TUBO EM PVC 2 COM ACESSÓRIOS - Instalação com fornecimento de tudo PVC 2 e acessórios (luvas, curvas, abraçadeiras, acoplamento, adaptador, bucha, parafuso) por parte da CONTRATADA.	M	100
21	13692	INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE CAIXA CONDULETE 1 COM TAMPA PARA 2 SAÍDAS RJ45 E ACESSÓRIOS - O serviço contempla o fornecimento e instalação (fixação em parede) de caixa condutele (constituído em metal) de 1 com tampa para duas saídas RJ-45 de forma aparente, bem como o fornecimento de acessórios (parafusos, terminadores) por parte da CONTRATADA.	UN	150
22	13692	INSTALAÇÃO DE CAIXA DE PASSAGEM SOBREPOR METÁLICA 10X10 - O serviço contempla o fornecimento e instalação (fixação em parede) de caixa de passagem sobrepor metálica (material galvanizado) de 10x10 com acessórios (espelho, parafusos, buchas) por parte da CONTRATADA.	UN	15
23	13692	INSTALAÇÃO DE CAIXA DE PASSAGEM SOBREPOR METÁLICA 20X20 - O serviço contempla o fornecimento e instalação (fixação em parede) de caixa de passagem sobrepor metálica (material galvanizado) de 20x20 com acessórios (espelho, parafusos, buchas) por parte da CONTRATADA.	UN	15
24	19690	EMENDA POR FUSÃO DE FIBRA OPTICA SM COM EMISSÃO DE RELATÓRIO OTDR - Fusão de fibra ótica segundo a norma TIA/EIA-568-B.3.	UN	150
25	13692	INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE CAIXA DE EMENDAS DE FO AÉREA DE 24 FIBRAS - Fornecimento e instalação de caixa de emenda de 24 fibras, incluso bandejas de emenda e acessórios necessários. Permite a entrada de cabos com diâmetros entre 10 e 25 mm. Deve ser construída com materiais que possuam características de elevada resistência contra deterioração, quando expostos a períodos prolongados no meio ambiente, inclusive à ação de radiação ultravioleta (UV). Incluso todos os acessórios para fixação e uso.	UN	4
		INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE CAIXA DE EMENDAS DE FO AÉREA DE 48 FIBRAS -		

26	13692	Fornecimento e instalação de caixa de emenda aérea para até 48 fibras, incluso bandejas de emenda e acessórios necessários. Permite a entrada de cabos com diâmetros entre 10 e 25 mm. Deve ser construída com materiais que possuam características de elevada resistência contra deterioração, quando expostos a períodos prolongados no meio ambiente, inclusive à ação de radiação ultravioleta (UV). Incluso todos os acessórios para fixação e uso.	UN	2
27	13692	INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE DIO 19" (S/ FUSÕES) DE 24 FO C/ ACESSÓRIOS – A contratada deve fazer a instalação de forma a acomodar e proteger as emendas de transição entre o cabo óptico e as extensões ópticas dentro das normas vigentes.	UN	2
28	27570	ORGANIZAÇÃO DE RACK DE TELECOMUNICAÇÕES Até 12Us - Regulagem, alinhamento e fixação do rack da contratante já instalado em parede com fornecimento de todos os acessórios necessários; instalação física de ativos de rede com fornecimento de acessórios, inclusive parafuso philips com porca gaiola; instalação física de passa-cabos, patch panel e voice panel, com fornecimento de acessórios e crimpagem de cabos conforme normas ANSI/TIA/EIA-568B.2; organização de cabeamento e fornecimento de patch cords em comprimento adequado; Identificação de cabos e portas através do padrão ABNT NBR 14565: 2000, com etiquetas autoadesivas e impressão térmica.	UN	20
29	27570	ORGANIZAÇÃO DE RACK DE TELECOMUNICAÇÕES ACIMA DE 12Us e até 32Us - Regulagem, alinhamento e fixação do rack da contratante já instalado em parede com fornecimento de todos os acessórios necessários; instalação física de ativos de rede com fornecimento de acessórios, inclusive parafuso philips com porca gaiola; instalação física de passa-cabos, patch panel e voice panel, com fornecimento de acessórios e crimpagem de cabos conforme normas ANSI/TIA/EIA-568B.2; organização de cabeamento e fornecimento de patch cords em comprimento adequado; Identificação de cabos e portas através do padrão ABNT NBR 14565: 2000, com etiquetas autoadesivas e impressão térmica.	UN	10
30	1260	INSTALAÇÃO DE ATIVOS DE REDE EM RACK 19" FORNECIDO PELA CONTRATANTE – A CONTRATADA deve instalar o equipamento fornecido	UN	40

		pela CONTRATANTE, efetuar testes de ligação e funcionamento com a equipe técnica da UFERSA, mantendo a organização adequada no rack.		
31	13692	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PATCH PANEL DESCARREGADO CAT.6 T568A/B 24P 1U 19" - A contratada deve fazer a conectorização de painel modular para terminação do cabeamento horizontal de alta densidade, com 24 portas, tipo RJ45 e terminação IDC padrão 110 para condutores de 22 a 26 AWG.	UN	15
32	13692	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PATCH PANEL DESCARREGADO CAT.6 T568A/B 48P 2U 19" - A contratada deve fazer a conectorização de painel modular para terminação do cabeamento horizontal de alta densidade, com 48 portas, tipo RJ45 e terminação IDC padrão 110 para condutores de 22 a 26 AWG.	UN	10
33	13692	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE REGUA ELETRICA 1U PARA RACK 19" - A contratada deve fixar a régua 2 pinos + terra 10A ou 20A no rack com todos os acessórios adequados, como porca gaiola e parafusos, mantendo a organização adequada dos cabos.	UN	12
34	17655	INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE PONTO DE TERMINAÇÃO ÓPTICA FIBRA 4 FO - Fornecimento e instalação de terminal óptico de 2 pares de fibra óptica em local indicado pela contratante.	UN	4
35	17655	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CABO ÓPTICO EXTERNO AUTOSUSTENTÁVEL COM 12FO (MONOMODO) - Instalação de cabo óptico com 12 fibras, com todas as ferragens e acessórios necessários, em posteamento pré-existente.	M	2.000
36	17655	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CABO ÓPTICO EXTERNO AUTOSSUSTENTADO COM 24FO (MONOMODO) - Instalação de cabo óptico com 24 fibras, com todas as ferragens e acessórios necessários, em posteamento pré-existente.	M	200
37	17655	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CABO ÓPTICO EXTERNO AUTOSSUSTENTADO COM 36FO (MONOMODO) - Instalação de cabo óptico com 36	M	200

		fibras, com todas as ferragens e acessórios necessários, em posteamento ou passagens subterrâneas pré-existente.		
38	17655	FORNECIMENTO DE EXTENSOR PIG TAIL LC ÓPTICO MONOMODO - 1,5 METROS - A contratada deve fazer a conectorização indicada pela contratante.	UN	10
39	17655	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CORDÃO ÓPTICO COM CONECTOR PADRÃO LC PC/LC PC MONOMODO – DUPLEX - 2,0 METROS – A contratada deve fazer a conectorização indicada pela contratante.	UN	20
40	17655	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CORDÃO ÓPTICO COM CONECTOR PADRÃO SC APC x LC UPC MONOMODO – DUPLEX - 2,0 METROS - A contratada deve fazer a conectorização indicada pela contratante.	UN	20
41	17655	INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE ESPELHO PARA PONTO LÓGICO 4X2 PARA ATÉ 2 PONTOS - Fornecimento e instalação de espelho com corpo em termoplástico de alto impacto não propagante à chama, com espaço para etiqueta de identificação e compatível com as caixas embutidas ou de sobrepor padrão 4" x 2", Furukawa Soho, para 2 pontos lógicos.	UN	220
42	1945	REMOÇÃO DE ESTRUTURAS LÓGICAS ANTIGAS E /OU EXISTENTES – A contratada deve fazer a remoção de toda a infraestrutura existente e inadequada a futuras ampliações, como a retirada de eletrocalhas, eletrodutos, canaletas de PVC, cabos de rede, de telefone e de rede, visando a implantação de uma nova infraestrutura. Área construída compreendendo até 250 m². O material retirado deve ser encaminhado ao almoxarifado de cada campus da UFERSA.	UN	10
43	27570	ORGANIZAÇÃO DE PATCH PANEL - Regulagem, alinhamento e fixação do rack da contratante em parede com fornecimento de todos os acessórios necessários; instalação física de ativos de rede com fornecimento de acessórios, inclusive parafuso philips com porca gaiola; instalação física de passa-cabos, patch panel e voice panel, com fornecimento de acessórios e crimpagem de cabos conforme normas ANSI/TIA/EIA-568B.2; organização de cabeamento e fornecimento de patch	UN	15

		cords em comprimento adequado; Identificação de cabos e portas através do padrão ABNT NBR 14565: 2000, com etiquetas autoadesivas e impressão térmica.		
44	13692	INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE ELETROCALHA PERFURADA 50X50X3000 COM ACESSÓRIOS - Compreende a instalação, com aterramento elétrico, do tipo perfurada, incluídos todos os acessórios (curvas 90° horizontal e vertical externa e interna, junção, suspensão vertical, abraçadeiras, chumbador, parafusos, barra rosqueada, "T's, reduções, tampas, cruzeta e cotovelo) por parte da CONTRATADA. compatíveis com os padrões predefinidos em suas terminações, fabricada em chapas de aço SAE 1008 /1010 conforme a NBR 11888-2 e NBR 7013.	UN	50
45	13692	INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE ELETROCALHA PERFURADA 50X100X3000 COM ACESSÓRIOS - Compreende a instalação, com aterramento elétrico, do tipo perfurada, incluídos todos os acessórios (curvas 90° horizontal e vertical externa e interna, junção, suspensão vertical, abraçadeiras, chumbador, parafusos, barra rosqueada, "T's, reduções, tampas, cruzeta e cotovelo) por parte da CONTRATADA. compatíveis com os padrões predefinidos em suas terminações, fabricada em chapas de aço SAE 1008 /1010 conforme a NBR 11888-2 e NBR 7013.	UN	30
46	3239	DESLOCAMENTO PARA ATENDIMENTO NOS CAMPI DE ANGICOS, CARAÚBAS, PAU DOS FERROS E SERRA DE SÃO BENTO - Valor a ser pago a CONTRATADA para cobrir as despesas do deslocamento em carro próprio.	km	10000

3. Fundamentação e descrição da necessidade

3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

A contratação de uma empresa especializada em montagem e manutenção de rede lógica na UFERSA é essencial para garantir a continuidade e a eficiência das operações acadêmicas e administrativas. A infraestrutura de rede é fundamental para o funcionamento dos sistemas institucionais, entretanto, especialmente o *campus* central, exige intervenções urgentes devido ao envelhecimento e à degradação das estruturas existentes. A empresa contratada terá a responsabilidade de instalar redes lógicas em novos prédios, assegurar a manutenção preventiva

e corretiva das redes em uso e implementar melhorias nas áreas mais antigas ou que necessitem de atualização. Esses serviços são cruciais para manter a confiabilidade da conectividade, suportar o crescimento da comunidade acadêmica e garantir a excelência nas atividades educacionais e administrativas da universidade.

A UFERSA celebrou o contrato nº 038/2019 com empresa especializada para a manutenção de serviços de Rede Lógica e Fibra Óptica, visando suprir as necessidades encontradas para manter a estrutura instalada em funcionamento. Durante o período de vigência do contrato foi percebida a necessidade de adequações, tanto no quantitativo quanto na inclusão de novos itens. Destaca-se a necessidade de refazer toda a infraestrutura de prédios onde os cabos e componentes apresentam desgaste elevado. Portanto, a continuidade e ampliação desse contrato são essenciais para atender às demandas atuais e futuras, garantindo uma infraestrutura de rede robusta e confiável para toda a comunidade acadêmica.

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

3.2.1. ID PCA no PNCP: 24529265000140-0-000001/2025

3.2.2. Data de publicação no PNCP: 15/05/2024

3.2.3. Id do item no PCA: 140 -185

3.2.4. Classe/Grupo: 831 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA E DE GERÊNCIA/GESTÃO; 721 - SERVIÇOS IMOBILIÁRIOS RELATIVOS A LOCAÇÃO OU ARRENDAMENTO; 872 - SERVIÇOS DE REPARO DE OUTROS BENS

3.2.5. Identificador da Futura Contratação: 153033-111/2025

3.3. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2024-2027 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2022 - 2026 da UFERSA, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTOS AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
15.5	Dar suporte ao crescimento dos serviços institucionais prestados em formato digital.

ALINHAMENTO AO PDTIC 2022-2026	
ID	Meta estratégica
M37	Oferta e manutenção de infraestrutura de TIC visando aumentar a confiabilidade e a disponibilidade alinhada à expansão da UFERSA.
M38	Ampliar o serviço de acesso à rede sem fio.
M41	Infraestrutura de apoio aos novos polos, <i>campi</i> , unidades descentralizadas ou ampliação dos <i>campi</i> existentes.

4. Requisitos da contratação

Requisitos de Negócio:

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

- 4.1.1. Disponibilização de Rede Lógica nos novos prédios entregues para uso da comunidade acadêmica;
- 4.1.2. Manutenção Preventiva e Corretiva na Rede Lógica para uso dos sistemas institucionais pela comunidade acadêmica;
- 4.1.3. Melhorias nas estruturas lógicas mais antigas ou que necessitem de atualização;
- 4.1.4. Optou-se pela licitação realizada através do sistema de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2001, Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, e a outras legislações aplicáveis;

Requisitos de Manutenção

4.4. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

4.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.6. Fornecer e manter todos os equipamentos de segurança (EPI's) necessários à execução dos serviços aos seus funcionários, visando a total obediência às normas de segurança do trabalho;

4.7. Manter seus funcionários sempre identificados por meio de crachá e uniforme com o logotipo da CONTRATADA durante a execução dos serviços;

4.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

- 4.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 4.10. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 4.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 4.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- 4.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 4.14. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;
- 4.15. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

Requisitos Temporais

4.16. Os prazos de execução e locais dos serviços serão definidos nas Ordens de Serviço (O.S.) para a execução do objeto. Estes poderão ser acordados previamente entre as partes. Os prazos de execução dos serviços terão início a partir da emissão de uma Ordem de Serviço (O.S.) pela Universidade Federal Rural do Semi Árido - UFERSA, devendo ocorrer em conformidade com as quantidades contratadas na O.S. e de acordo com o projeto de instalação que será fornecido pela UFERSA, bem como com as especificações estabelecidas no Edital e Anexos. Serão emitidas tantas Ordens de Serviço quantas forem necessárias para a execução do objeto contratado, visando a execução dos serviços de acordo com o andamento do cronograma a ser definido pela UFERSA, sendo emitido para cada O.S. respectivo Termo de Recebimento do(s) serviço(s).

4.16.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.17. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.18. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante.

4.19. Os profissionais em serviço no ambiente da unidade CONTRATANTE, deverão se apresentar devidamente identificados e vestidos de forma adequada ao ambiente de trabalho, evitando-se o vestuário que caracterize o comprometimento da boa imagem institucional;

- 4.20. Os profissionais deverão respeitar todos os colaboradores, em qualquer posição hierárquica, preservando a comunicação e o relacionamento interpessoal construtivo;
- 4.21. A CONTRATADA deverá substituir imediatamente aquele profissional que seja considerado inconveniente à boa ordem ou que venha a transgredir as normas disciplinares da Universidade, quando solicitado pela CONTRATANTE;
- 4.22. O acesso às instalações da CONTRATANTE onde serão realizados os serviços deverá ser controlado e permitido somente às pessoas autorizadas;
- 4.23. A CONTRATADA deverá acatar e obedecer às normas de utilização e segurança das instalações;
- 4.24. A CONTRATADA deverá garantir a segurança das informações oriundas da CONTRATANTE e se comprometer em não divulgar ou fornecer a terceiros quaisquer dados e informações que tenha recebido no curso da prestação dos serviços, a menos que autorizado formalmente para tal.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

- 4.25. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:
- 4.25.1. Usar equipamentos, quando aplicável, homologados pela Anatel e/ou ABNT, no que diz respeito a normas ambientais;
 - 4.25.2. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
 - 4.25.3. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, incluindo práticas de logística reversa, conforme o caso;
 - 4.25.4. Dar preferência ao uso de bens constituídos por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;
 - 4.25.5. Acondicionar os bens preferencialmente em embalagem individual adequada, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
 - 4.25.6. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima das recomendadas pelas normas técnicas;
 - 4.25.7. Todos documentos ou artefatos gerados pela contratada, salvo manifestação explícita pelo órgão, deverão ser entregues em formato digital.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

- 4.26. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.
- 4.27. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.27.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário;

4.27.2. Todos os materiais utilizados para execução dos serviços deverão ser novos, de primeiro uso, não podendo estar fora de linha de produção do fabricante na data da realização da licitação, bem como na data de assinatura do contrato junto à entidade CONTRATANTE;

4.27.3. Todos os materiais fornecidos em conjunto do serviço a ser executado deverão possuir garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses;

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.28. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.28.1. A CONTRATADA elaborará o projeto As Built do ambiente a ser atendido, conforme descrito na Tabela 1;

4.28.2. Deverá ser acordado, via sistema de gestão de chamados, entre CONTRATADA e CONTRATANTE as estimativas de tempo de execução do serviço;

4.28.3. A Ordem de Serviço será emitida pela CONTRATANTE e encaminhada à CONTRATADA, via sistema de gestão de chamados, minimamente 07 (sete) dias antes do início de sua execução, salvo exceções devidamente registradas e acordadas entre as partes;

4.28.4. Disponibilidade de fiscal técnico da CONTRATANTE para acompanhamento dos serviços;

4.28.5. Disponibilidade pela CONTRATANTE do acesso físico aos ambientes necessários.

Requisitos de Implantação

4.29. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

À CONTRATANTE caberá:

4.29.1. Disponibilizar o projeto lógico do ambiente a ser realizado o serviço;

4.29.2. Garantir o acesso físico aos ambientes necessários.

A CONTRATADA caberá:

4.29.3. Fornecer todos os materiais necessários para cada item;

4.29.4. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.30. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.31. A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

Requisitos de Experiência Profissional

4.32. Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços;

Requisitos de Formação da Equipe

4.33. Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, de acordo com os critérios estabelecidos a seguir:

4.33.1. Representante da CONTRATADA: Responsável por receber e informar as demandas que deverão ser tratadas pela CONTRATADA;

4.33.2. Gestor de Contrato: servidor da CONTRATANTE que irá responder pelo contrato, seja na sua esfera técnica ou administrativa, podendo realizar/acatar as mudanças que se fizerem necessárias;

4.33.3. Fiscal Requisitante: servidor da CONTRATANTE que irá demandar a necessidade e abertura de novas Ordens de Serviços para execução;

4.33.4. Fiscal Técnico: servidor da CONTRATANTE que irá acompanhar, mensurar e avaliar a execução dos serviços realizados;

4.33.5. Fiscal Administrativo: servidor da CONTRATANTE que irá acompanhar as documentações legais da CONTRATADA.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.34.1. Os serviços serão iniciados a partir da solicitação da CONTRATANTE, formalizada mediante emissão da Ordem de Serviço – OS;

4.34.2. Toda a infraestrutura antiga das instalações das fibras ópticas, cabos de par trançado de cobre e suas interligações, caso existam, deverão ser retiradas pela CONTRATADA para a instalação da nova cabeaçação no rack no prédio;

4.34.3. Todos os serviços de mão de obra necessários para a colocação das fibras ópticas, cabos de par trançado de cobre, teste de funcionamento, além de todas as despesas de deslocamento, hospedagem, alimentação, dentre outros, deverão estar inclusos no preço dos serviços propostos;

4.34.4. Todo e qualquer serviço de obras civis necessário será de responsabilidade da CONTRATADA;

4.34.5. Será obrigatória a apresentação e entrega de toda a documentação em meio digital relativa aos testes e mapeamento, podendo incluir um ou mais dos seguintes documentos: plantas plotadas, As Built, diagramas, isométricas, planilhas, relatórios de tráfego e taxas de transmissão, assim como a apresentação e entrega dos documentos de certificação da rede, certificado de

garantia dos serviços, dos materiais, componentes, dispositivos e equipamentos, da garantia estendida e da prestação de contas, discriminando custos de materiais, componentes, acessórios, dispositivos, equipamentos, recursos humanos, encargos sociais, impostos e logística;

4.34.6. Caberá a CONTRATANTE definir quais dos documentos citados deverão ser fornecidos pela contratada ao final de cada projeto executado.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.35. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.36. *A empresa é integralmente responsável pela manutenção de sigilo sobre quaisquer dados e informações fornecidos ou contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias de que venham a ter conhecimento durante a etapa de execução dos trabalhos e de encerramento dos serviços, não podendo, se não formalmente autorizado, sob qualquer pretexto e forma, divulgá-los, reproduzi-los ou utilizá-los a qualquer tempo.*

Vistoria

4.37. *A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 17:30 horas.*

4.38. *Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.*

4.39. *Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.*

4.40. *Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

4.41. *A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.*

Sustentabilidade

4.42. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.*

Subcontratação

4.43. *Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.*

Garantia da Contratação

4.44. *Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato (Anexo ao Edital), a qual, segundo opção do contratado, poderá ser prestada nas modalidades seguro-garantia, caução em dinheiro, títulos da dívida pública ou fiança bancária.*

4.45. *O contratado será notificado, antes da assinatura do contrato, para manifestar sua opção pela*

modalidade de garantia.

4.46. Em caso opção pelo seguro-garantia, o contrato somente poderá ser assinado depois que a parte adjudicatária apresentar a apólice do seguro-garantia, em sua devida forma e contemplando todas as exigências constantes nas cláusulas da minuta do contrato, o que deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias corridos.

4.47. O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação do seguro-garantia constitui infração grave, passível das sanções previstas no Termo de Contrato, isoladas ou cumulativamente.

4.48. O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação do seguro-garantia autoriza a Administração, a seu critério:

a) a conceder novo prazo ao adjudicatário para a apresentação da garantia, sem prejuízo da aplicação de penalidade pelo atraso já ocorrido;

b) a celebrar o contrato com o próximo classificado na licitação, sem prejuízo da aplicação de penalidade pelo atraso já ocorrido.

4.49. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

5. Papéis e responsabilidades

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

5.1.3. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

5.1.4. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.6. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos pré estabelecidos em contrato;

5.1.7. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.8. Disponibilizar cópia da norma de segurança da informação e das demais normas pertinentes à execução dos serviços;

5.1.9. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.10. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

5.1.11. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

5.1.12. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

5.1.13. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o art. 67 da IN-SEGES Nº 05, de 26 de maio de 2017;

5.1.14. Nomear Gestor do Contrato, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Fiscal Requisitante do Contrato, de acordo com os perfis e competências delineados no Art. 2º, inciso V, alíneas “a”, “b”, “c”, e “d”, da IN nº 94, de 23 de dezembro de 2022 da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, respectivamente. Todos os papéis deverão possuir um titular e um substituto;

5.1.15. Realizar reunião inicial, convocada pelo Gestor do Contrato com a participação dos Fiscais Técnico, Requisitante e Administrativo do Contrato, da CONTRATADA e dos demais intervenientes por ele identificados;

5.1.16. Realizar a transição contratual, quando aplicável, e encerramento do contrato;

5.1.17. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

5.1.17.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

5.1.17.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADA.;

5.1.17.3 Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;

5.1.18. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

5.1.19. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após suas execuções;

5.1.20. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

5.1.21. Arquivar, entre outros documentos, projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

5.1.22. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 26, da lei 14.133 DE 1º de abril de 2021;

5.1.23. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA;

5.1.24. Fornecer condições adequadas para instalações de equipamentos.

5.2. São obrigações do CONTRATADO

5.2.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

5.2.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

5.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.2.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

5.2.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010;

5.2.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

5.2.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

5.2.6.2. Certidão Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

5.2.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

5.2.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5.2.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017;

5.2.6.6 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

5.2.6.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

5.2.6.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

5.2.6.9. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

5.2.6.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

5.2.6.11 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

5.2.6.12 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

5.2.6.13. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

5.2.6.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.2.6.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.2.6.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015;

5.2.6.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

5.2.6.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2.6.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

5.2.6.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

5.2.6.21. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

5.2.6.21.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

5.2.6.21.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis;

5.2.6.21.3 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

5.2.6.22. Comprovante de possuir em seu quadro permanente na data prevista para a assinatura do contrato 01 (um) profissional habilitado e credenciado, o qual será responsável técnico pela execução dos serviços, com o devido registro ou visto no CREA. A comprovação se dará através de documentação de vínculo empregatício ou contrato de prestação de serviços;

5.2.6.23 Entrega a UFERSA de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), do profissional responsável pelos serviços, devidamente quitada e registrada no CREA-RN, no prazo de 5 dias úteis após a emissão de Autorização de Serviço (AS);

5.2.6.24. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.6.25. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

6. Modelo de execução do contrato

Condições de execução

6.1. *A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:*

6.1.1. O órgão deve acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio do Fiscal de Contrato designado pela SUTIC (Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação), na forma dos Arts. 117 e 140 da Lei nº 14.133, de 2021, e do art. 2º da IN nº 94 de 2022;

6.1.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.1.3. A fiscalização contratual dos serviços deverá seguir o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP Nº 5, de 26 de maio de 2017, no que couber, sem prejuízo de outras medidas que o órgão julgar necessárias, de acordo com a especificidade do objeto e do local;

6.1.4. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2022;

6.1.5. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

6.1.6. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto no artigo 117 da Lei nº 14.133, de 2022;

6.1.7. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 120 da Lei nº 14.133, de 2022;

6.1.8. A fiscalização da execução dos serviços abrange as seguintes rotinas:

6.1.8.1. Caberá à Fiscalização a função de elo entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, exclusivamente nas questões de cunho técnico e de execução do objeto deste Termo de Referência;

6.1.8.2. A SUTIC, que figura como setor responsável pela área de TI (Tecnologia da Informação) desta Universidade, deverá indicar o Fiscal de Contrato;

6.1.9. Cabe ao Fiscal:

6.1.9.1. Atestar as contas de prestação de serviços;

6.1.9.2. A qualquer tempo, poderá solicitar a substituição do referido consultor ou gerente de contas da CONTRATADA, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos serviços;

6.1.9.3. Não aprovar a conta de prestação de serviços, caso não esteja dentro dos padrões e valores contratados;

6.1.9.4. Receber, Aprovar ou Reprovar os serviços executados pela CONTRATADA, atestando assim, o Relatório apresentado pela Empresa Contratada e a Nota Fiscal referente aos serviços executados para fechamento do processo de pagamento;

6.1.9.5. Solicitar a correção, o reparo, remoção, reconstrução ou substituição, às suas despesas, no total ou em parte, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, sendo que o ateste da Nota Fiscal só ocorrerá após a verificação por parte do Fiscal do Contrato da correção, reparo, remoção, reconstrução ou substituição solicitada;

6.1.10. Se os serviços prestados não estiverem de acordo com o Contrato, a UFERSA, através do Fiscal do Contrato, poderá rejeitá-los, em parte ou no todo;

6.1.11. A execução dos serviços será iniciada no máximo em 5 (cinco) dias após a comunicação entre as partes (fiscal de contrato) solicitando formalmente o início dos serviços na forma que segue:

6.1.11.1. Será designado representante para fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

6.1.11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o § 4º do Art. 117 e Art. 120 da Lei nº 14.133, de 2022;

6.1.11.3. O Fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.1.11.4. As solicitações dos usuários serão encaminhadas por meio de chamados técnicos diretamente no Sistema de Gerenciamento de Serviços de TI em uso pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA capturar e tratar os chamados referentes à execução do objeto deste Termo de Referência, obedecendo todos os prazos e níveis mínimos de serviço acordados;

6.1.11.5. A CONTRATADA fica obrigada a integrar-se ao Sistema de Gerenciamento de Serviços de TI de atendimento da CONTRATANTE, podendo, entretanto, utilizar internamente seu próprio sistema de gestão de demandas para controle interno;

6.1.11.6. Sempre que solicitado pelo usuário, a CONTRATADA deverá informar o andamento de sua demanda e quais são as providências que serão tomadas para atendê-la;

6.1.11.7. A CONTRATADA somente poderá suspender chamados quando houver impedimentos ocasionados por terceiros, devendo, obrigatoriamente, anexar justificativa específica para cada caso, bem como comunicar aos fiscais do contrato a suspensão do chamado;

6.1.11.8. Não serão aceitas justificativas genéricas, que não demonstrem claramente os motivos da suspensão do chamado, como, por exemplo: "aguardando terceiros", "pendência de terceiros", entre outros;

6.1.11.9. Os fiscais do contrato poderão desconsiderar as razões emanadas para a suspensão do chamado, se considerá-las insuficientes, insatisfatórias ou por qualquer outro motivo justificado, ordenando imediatamente o retorno da contagem do prazo máximo para atendimento;

6.1.11.10. Identificados indícios de suspensões indevidas de chamados, com intuito de evitar o não atingimento de metas de qualidade acordadas, deverão os fiscais notificar o Gestor do Contrato para que este encaminhe à Área Administrativa a indicação de aplicação das sanções administrativas cabíveis;

6.1.11.11. Os chamados somente poderão ser concluídos após o atendimento completo e satisfatório da demanda do usuário. Na impossibilidade de atender a demanda do usuário por motivos alheios às competências da CONTRATADA, o demandante deverá ser informado, pormenorizadamente, das razões para tanto. Além disso, a CONTRATADA deverá notificar os fiscais do contrato imediatamente;

Local da prestação dos serviços

6.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: **Campus Mossoró:** R. Francisco Mota, 572 - Pres. Costa e Silva, Mossoró - RN, 59625-900. **Campus Angicos:** R. Gamaliel Martins Bezerra, Angicos - RN, 59515-000. **Campus Caraúbas:** RN-233 - Caraúbas, RN, 59780-000. **Campus Pau dos Ferros:** BR-226, s/n, Pau dos Ferros - RN, 59900-000. Polo Serra de São Bento - Av. Prefeito Crisanto Jordão de Moraes, S/N - CEP: 59324-000 - Serra de São Bento/RN.

6.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30

Materiais a serem disponibilizados

6.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e de qualidade, promovendo sua substituição quando necessário.

Especificação da garantia do serviço

6.5. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Formas de transferência de conhecimento

6.6. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.8. Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo.

Mecanismos formais de comunicação

6.9. O mecanismo formal de comunicação serão o Sistema de Gerenciamento de Serviços de TI e o e-mail institucional. Isto não impede que sejam usados também canais informais de comunicação instantânea.

Formas de Pagamento

6.10. Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.11. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.12. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos *ane Editais*.

7. Modelo de gestão do contrato

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.6. A Contratada não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

7.7. Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade

Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. *A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.*

7.9.1. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.9.1.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.9.1.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.9.1.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.9.1.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.9.1.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Fiscalização

7.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) , nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.11. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.11.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.11.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.11.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.11.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.11.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

7.12. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.12.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.13. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

Gestor do Contrato

7.14. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.15 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Crítérios de medição e pagamento

7.21. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme **o disposto neste item.**

<i>IAP – ÍNDICE DE ATENDIMENTO NO PRAZO</i>	
<i>Tópico</i>	<i>Descrição</i>
<i>Finalidade</i>	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na (s) Ordem (ns) de Serviço.
<i>Meta a cumprir</i>	IAE igual ou menor que 0. A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes na (s) Ordem (ns) de Serviço dentro do prazo previsto.
<i>Instrumento de medição</i>	Deve ser aferido por meio de ferramentas, procedimentos de amostragem ou outros procedimentos de inspeção.
<i>Forma de acompanhamento</i>	A avaliação será realizada por meio da verificação da data de entrega constante na Ordem de Serviço (OS) e da data de recebimento provisório das licenças.

Periodicidade	Para cada Ordem de Serviço (OS) encerrada e com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>IAE = TEX - TEST</p> <p>Onde:</p> <p>IAE = Indicador de atendimento aos prazos de entrega;</p> <p>TEX = Tempo de Execução: corresponde ao período de execução da Ordem de Serviço (OS), da sua data de início até a data de entrega dos serviços da OS.</p> <p>A data de início será aquela constante OS, caso não esteja explícita será o primeiro dia útil após a emissão da Ordem de Serviço.</p> <p>A data de entrega da Ordem de Serviço (OS) será aquela reconhecida pelo fiscal técnico e registrada no Termo de recebimento Provisório (TRP).</p> <p>TEST = Tempo Estimado para a execução da OS: corresponde ao prazo previsto/estimado na OS, conforme estipulado neste Termo de Referência.</p>
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</p>
Início de Vigência	A partir da emissão da OS.

Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para valores do indicador IAE:</p> <p>Menor ou igual a 0: Pagamento integral da Ordem de Serviço.</p> <p>De 1 a 30: aplicar-se-á a glosa de 0,5% por dia de atraso sobre o valor da OS ou fração em atraso.</p> <p>Maior ou igual a 30: aplicar-se-á a glosa de 10% sobre o valor da OS ou fração em atraso, acrescido de 0,5% por dia de atraso sobre o valor da OS ou fração em atraso limitado em 30% sobre o valor da OS, e ensejará a aplicação das sanções previstas no contrato, mediante abertura de processo administrativo para aplicação de sanção.</p>
--	---

7.22. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.22.1. não produzir os resultados acordados;

7.22.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.22.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.23. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.24. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.25.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.25. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.26. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.27. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.28. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.28.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.29. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.30. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.31. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.32. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.33. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.34. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (dias) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.34.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.34.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.34.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.34.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.34.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.35. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.37. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.38. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimento de Teste de Inspeção

7.39. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

7.39.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos que seguem;

7.39.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

7.39.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

7.39.3.1. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

7.39.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.39.3.1.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

7.39.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.39.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

7.39.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da

despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.39.4.2. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.39.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002);

7.39.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.40. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

7.40.1. Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

7.40.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

7.40.3. Fraudar na execução do contrato;

7.40.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

7.40.5. Cometer fraude fiscal.

7.41. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

7.41.2. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

7.41.3. Multa de:

7.41.3.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

7.41.3.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

7.41.3.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

7.41.3.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

7.41.3.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

7.41.3.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

7.41.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

7.41.5. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

7.41.5.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

7.41.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

7.42. As sanções previstas nos subitens “7.4.2.2.1”, “7.4.2.2.2”, “7.4.2.2.3”, “7.4.2.2.4” e “7.4.2.2.5” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

7.43. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 2 e 3:

Tabela 2 – Valores das multas

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 3 – Infrações e penalidades

--

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	3
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	1
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	1
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	1

7.44. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

7.44.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.44.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

7.44.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.45. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.46. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

7.47. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7.48. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.49. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

7.50. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.51. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.52. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Liquidação

7.53. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.54. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.55. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.55.1. o prazo de validade;

7.55.2. a data da emissão;

7.55.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.55.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.55.5. o valor a pagar; e

7.55.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.56. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.57. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.58. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.59. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.60. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.61. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.62. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.63. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.64. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **ICTI** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.65. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.66. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.67. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.68. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.69. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

7.70. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.70.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.71. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.72. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.73. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Do reajuste

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

8.2. O reajuste se dará de acordo com a legislação vigente, ou em conformidade com outra norma que vier a ser editada pelo Poder Público, com base na variação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (acesso em: <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/icti/>), ocorrida no período, ou por outro índice que o venha a substituir, utilizando-se da seguinte fórmula:

$$R = \frac{V(I - I_0)}{I_0}$$

onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I_0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

8.3. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços unitários contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, a contar da data de apresentação da proposta, através da aplicação do índice apontado no item 8.2, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula do item 8.2.

8.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

8.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

8.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

8.7. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

8.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

8.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do contrato será por EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, e o critério de aceitabilidade dos preços será o preço global do grupo associado ao preço unitário de cada item.

Da Aplicação da Margem de Preferência

9.3. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal /Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando:

9.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo* de 10% do *valor total estimado da contratação*.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.30. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

9.31. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.31.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

9.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.33.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 03 (três) anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.;

9.33.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária, especificadas no contrato social vigente;

9.33.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017;

9.33.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa

situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9.33.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.36. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.37. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.38. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.38.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.38.2.bA declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.38.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.38.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.38.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.38.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.38.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 577.045,80

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 577.045,80 (quinhentos e setenta e sete mil, quarenta e cinco reais e oitenta centavos.), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo.

Item	CATMAT /CATSER	Descrição	UND	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	21210	DIAGNOSTICAR, SOB DEMANDA, DEFEITO EM ATIVOS E PASSIVOS DE REDE - A contratada deverá oferecer um diagnóstico de problemas na rede lógica ativa e passiva, nos meios wi-fi, cabeada, ótica, entre outros, com o objetivo de apresentar possíveis soluções para os problemas identificados. O diagnóstico deverá ser realizado de forma ágil e eficiente, minimizando o tempo de indisponibilidade da rede. Esse item também atende pequenas correções, como: teste/localização em pelo menos um ponto de rede; alteração de porta de switch; reconexão de equipamentos; e outros relacionados que não demandem insumos materiais.	UN	500	R\$ 110,00	R\$ 55.000,00
2	13684	SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE PONTO DE REDE - A contratada deve etiquetar o ponto com a identificação das tomadas seguindo o padrão RxPPxPTxxx, sendo: (R – Rack, PP – Patch Panel, PT – numeração do ponto de telecomunicação, X – sendo a numeração sequencial), conforme a norma EIA/TIA 606-B; O relatório da certificação deve ser entregue em arquivo ou impresso, assinado pelo responsável técnico.	UN	500	R\$ 6,00	R\$ 3.000,00
3	1260	SERVIÇO DE CONFIGURAÇÃO DE PORTA DE SWITCH - A contratada deverá configurar a porta de acordo com a solicitação da contratante, inclusive a conexão ou mudança de patch cord da porta.	UN	300	R\$ 40,00	R\$ 12.000,00
		FIXAÇÃO DE RÁDIO INDOOR /OUTDOOR - Fixar e implantar estrutura necessária, para o novo rádio a ser instalado, além de				

4	13692	verificação junto a controladora da solução o efetivo funcionamento do novo equipamento instalado, e anotar informações como MAC do rádio, localização (longitude, latitude) e porta do switch conectada.	UN	200	R\$ 110,00	R\$ 22.000,00
5	1260	INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE RÁDIO PARA ENLACE - A contratada deverá fornecer e instalar o enlace; Enlace ponto a ponto considerando os dois locais a serem conectados. Conforme especificações, igual ou superior, do rádio: Padrões: IEEE802.11 a/n; Largura de banda: 5, 10, 20, 40 MHz; Antena: Painel direcional integrado de dupla polarização com ganho de 2220dBi; Interface de dados: 10 /100Base-T, RJ45, com proteção anti-surto; Taxa de transmissão nominal: 300Mbps Modo de operação: bridge e roteadores IPv4 e IPv6; WAN: IP Estático, Cliente DHCP; Segurança: WPA/WPA2-PSK, WPA/WPA2, WACL; Temperatura: até +65°C; Regulamentado pela ANATEL. Modelo de Referência: Intelbras - APC 5A-20 - Esse serviço contempla a retirada de outro rádio em caso de substituição, o mesmo deve ser entregue à equipe de TI local.	UN	2	R\$ 1.500,00	R\$ 3.000,00
6	1260	MANUTENÇÃO DE ENLACE DE RÁDIO – A contratada deve fazer certificação, diagnóstico, alinhamento e reconfiguração do equipamento de rádio. Podendo realocar em outro local quando solicitado.	UN	6	R\$ 260,00	R\$ 1.560,00
7	1260	COLETA DE EQUIPAMENTO - RETIRAR EQUIPAMENTO DESCONECTAR CABOS E ENTREGAR NO LOCAL DESIGNADO PELA CONTRATADA - Coleta de equipamento/dispositivo. Contempla a retirada/desmontagem	UN	80	R\$ 45,00	R\$ 3.600,00

		do equipamento, desparafusando, desconectando. O equipamento deve ser entregue a equipe de TI local.				
8	1260	CONFIGURAÇÃO DE DISPOSITIVO DE REDE - Configuração de dispositivo clientes para acesso a rede como computadores, notebooks, impressoras, telefones voip, câmeras e demais ativos de rede. Esse item contempla pequenas montagens de equipamentos como telefones voips e outros de menor complexidade.	UN	300	R\$ 160,95	R\$ 48.285,00
9	27570	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CABO DE REDE CAT5e, COM FORNECIMENTO DO CABO - A Contratada deverá fornecer e realizar a instalação horizontal do cabo em eletrodutos, eletrocalhas etc., de acordo com a solicitação da Contratante.	M	1.000	R\$ 5,29	R\$ 5.290,00
10	27570	CRIMPAGEM DE CABO DE REDE CAT5E COM FORNECIMENTO DE CONECTOR MACHO – A contratada deve fazer a crimpagem de cabo CAT5e, com fornecimento de conectores RJ45 macho.	UN	100	R\$ 5,75	R\$ 575,00
11	27570	CRIMPAGEM DE CABO DE REDE CAT5E COM FORNECIMENTO DE CONECTOR FEMEA - A contratada deve fazer a crimpagem de cabo CAT5e, com fornecimento de conectores RJ45 fêmea. Este item contempla a documentação e certificação do ponto de rede.	UN	50	R\$ 40,00	R\$ 2.000,00
12	27570	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CABO DE REDE CAT6, COM FORNECIMENTO DO CABO - A Contratada deverá fornecer e realizar a instalação horizontal do cabo em eletrodutos, eletrocalhas, etc, de acordo com a solicitação da Contratante.	M	8.000	R\$ 8,20	R\$ 65.600,00

13	27570	CRIMPAGEM DE CABO DE REDE CAT6 COM FORNECIMENTO DE CONECTOR MACHO - A contratada deve fazer a crimpagem de cabo CAT6, com fornecimento de conectores RJ45 macho.	UN	2.000	R\$ 7,25	R\$ 14.500,00
14	27570	CRIMPAGEM DE CABO DE REDE CAT6 COM FORNECIMENTO DE CONECTOR FEMEA - A contratada deve fazer a crimpagem de cabo CAT6, com fornecimento de conectores RJ45 fêmea. Este item contempla a documentação e certificação do ponto de rede.	UN	400	R\$ 54,00	R\$ 21.600,00
15	13692	INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE RACK EM PAREDE DE 8U COM ACESSÓRIOS - Fornecimento e instalação de Rack 8 Us fazendo os serviços de fixação em parede com fornecimento de todos os acessórios.	UM	4	R\$ 1.120,00	R\$ 4.480,00
16	13692	INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE RACK EM PAREDE DE 12U COM ACESSÓRIOS - Fornecimento e instalação de Rack 12 Us fazendo os serviços de fixação em parede com fornecimento de todos os acessórios.	UN	4	R\$ 1.450,00	R\$ 5.800,00
17	17655	INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE ORGANIZADOR DE CABOS HORIZONTAL - Organizador de patch cord, 1U de altura, 07 (sete) cm de profundidade e 19 de largura, com demais itens necessários para sua fixação em rack por parte da CONTRATADA.	UN	30	R\$ 105,00	R\$ 3.150,00
18	13629	INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE TUBO EM PVC 3/4 COM ACESSÓRIOS - Instalação com fornecimento de tudo PVC 3/4 e acessórios (luvas, curvas, abraçadeiras, acoplamento,	M	200	R\$ 25,00	R\$ 5.000,00

		adaptador, bucha, parafuso) por parte da CONTRATADA.				
19	13629	INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE TUBO EM PVC 1 COM ACESSÓRIOS - Instalação com fornecimento de tudo PVC 1 e acessórios (luvas, curvas, abraçadeiras, acoplamento, adaptador, bucha, parafuso) por parte da CONTRATADA.	M	300	R\$ 35,00	R\$ 10.500,00
20	13629	INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE TUBO EM PVC 2 COM ACESSÓRIOS - Instalação com fornecimento de tudo PVC 2 e acessórios (luvas, curvas, abraçadeiras, acoplamento, adaptador, bucha, parafuso) por parte da CONTRATADA.	M	100	R\$ 78,00	R\$ 7.800,00
21	13692	INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE CAIXA CONDULETE 1 COM TAMPA PARA 2 SAÍDAS RJ45 E ACESSÓRIOS - O serviço contempla o fornecimento e instalação (fixação em parede) de caixa condutele (constituído em metal) de 1 com tampa para duas saídas RJ-45 de forma aparente, bem como o fornecimento de acessórios (parafusos, terminadores) por parte da CONTRATADA.	UN	150	R\$ 50,00	R\$ 7.500,00
22	13692	INSTALAÇÃO DE CAIXA DE PASSAGEM SOBREPOR METÁLICA 10X10 - O serviço contempla o fornecimento e instalação (fixação em parede) de caixa de passagem sobrepor metálica (material galvanizado) de 10x10 com acessórios (espelho, parafusos, buchas) por parte da CONTRATADA.	UN	15	R\$ 120,00	R\$ 1.800,00
		INSTALAÇÃO DE CAIXA DE PASSAGEM SOBREPOR METÁLICA 20X20 - O serviço contempla o fornecimento e				

23	13692	instalação (fixação em parede) de caixa de passagem sobrepor metálica (material galvanizado) de 20x20 com acessórios (espelho, parafusos, buchas) por parte da CONTRATADA.	UM	15	R\$ 160,00	R\$ 2.400,00
24	19690	EMENDA POR FUSÃO DE FIBRA OPTICA SM COM EMISSÃO DE RELATÓRIO OTDR - Fusão de fibra ótica segundo a norma TIA/EIA-568-B.3.	UN	150	R\$ 160,00	R\$ 24.000,00
25	13692	INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE CAIXA DE EMENDAS DE FO AÉREA DE 24 FIBRAS - Fornecimento e instalação de caixa de emenda de 24 fibras, incluso bandejas de emenda e acessórios necessários. Permite a entrada de cabos com diâmetros entre 10 e 25 mm. Deve ser construída com materiais que possuam características de elevada resistência contra deterioração, quando expostos a períodos prolongados no meio ambiente, inclusive à ação de radiação ultravioleta (UV). Incluso todos os acessórios para fixação e uso.	UN	4	R\$ 480,00	R\$ 1.920,00
26	13692	INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE CAIXA DE EMENDAS DE FO AÉREA DE 48 FIBRAS - Fornecimento e instalação de caixa de emenda aérea para até 48 fibras, incluso bandejas de emenda e acessórios necessários. Permite a entrada de cabos com diâmetros entre 10 e 25 mm. Deve ser construída com materiais que possuam características de elevada resistência contra deterioração, quando expostos a períodos prolongados no meio ambiente, inclusive à ação de radiação ultravioleta (UV). Incluso todos os acessórios para fixação e uso.	UN	2	R\$ 585,00	R\$ 1.170,00

27	13692	INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE DIO 19" (S/ FUSÕES) DE 24 FO C/ ACESSÓRIOS – A contratada deve fazer a instalação de forma a acomodar e proteger as emendas de transição entre o cabo óptico e as extensões ópticas dentro das normas vigentes.	UN	2	R\$ 2.150,00	R\$ 4.300,00
28	27570	ORGANIZAÇÃO DE RACK DE TELECOMUNICAÇÕES Até 12Us - Regulagem, alinhamento e fixação do rack da contratante já instalado em parede com fornecimento de todos os acessórios necessários; instalação física de ativos de rede com fornecimento de acessórios, inclusive parafuso philips com porca gaiola; instalação física de passa-cabos, patch panels e voice panels, com fornecimento de acessórios e cripagem de cabos conforme normas ANSI/TIA/EIA-568B.2; organização de cabeamento e fornecimento de patch cords em comprimento adequado; Identificação de cabos e portas através do padrão ABNT NBR 14565: 2000, com etiquetas autoadesivas e impressão térmica.	UN	20	R\$ 787,75	R\$ 15.755,00
29	27570	ORGANIZAÇÃO DE RACK DE TELECOMUNICAÇÕES ACIMA DE 12Us e até 32Us - Regulagem, alinhamento e fixação do rack da contratante já instalado em parede com fornecimento de todos os acessórios necessários; instalação física de ativos de rede com fornecimento de acessórios, inclusive parafuso philips com porca gaiola; instalação física de passa-cabos, patch panels e voice panels, com fornecimento de acessórios e cripagem de cabos conforme normas ANSI/TIA/EIA-568B.2; organização de cabeamento e fornecimento de patch cords em comprimento adequado; Identificação de cabos e portas	UN	10	R\$ 1.220,00	R\$ 12.200,00

		através do padrão ABNT NBR 14565: 2000, com etiquetas autoadesivas e impressão térmica.				
30	1260	INSTALAÇÃO DE ATIVOS DE REDE EM RACK 19" FORNECIDO PELA CONTRATANTE – A CONTRATADA deve instalar o equipamento fornecido pela CONTRATANTE, efetuar testes de ligação e funcionamento com a equipe técnica da UFERSA, mantendo a arrumação adequada no rack.	UN	30	R\$ 160,00	R\$ 4.800,00
31	13692	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PATCH PANEL DESCARREGADO CAT.6 T568A/B 24P 1U 19" - A contratada deve fazer a conectorização de painel modular para terminação do cabeamento horizontal de alta densidade, com 24 portas, tipo RJ45 e terminação IDC padrão 110 para condutores de 22 a 26 AWG.	UN	15	R\$ 1.340,00	R\$ 20.100,00
32	13692	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PATCH PANEL DESCARREGADO CAT.6 T568A/B 48P 2U 19" – A contratada deve fazer a conectorização de painel modular para terminação do cabeamento horizontal de alta densidade, com 48 portas, tipo RJ45 e terminação IDC padrão 110 para condutores de 22 a 26 AWG.	UM	10	R\$ 2.450,00	R\$ 24.500,00
33	13692	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE REGUA ELETRICA 1U PARA RACK 19" – A contratada deve fixar a régua 2 pinos + terra 10A ou 20A no rack com todos os acessórios adequados, como porca gaiola e parafusos, mantendo a arrumação dos cabos.	UN	12	R\$ 198,40	R\$ 2.380,80
		INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE PONTO DE TERMINAÇÃO ÓPTICA FIBRA 4 FO - Fornecimento				

34	17655	e instalação de terminal óptico de 2 pares de fibra óptica em local indicado pela contratante.	UN	4	R\$ 180,00	R\$ 720,00
35	17655	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CABO ÓPTICO EXTERNO AUTOSUSTENTÁVEL COM 12FO (MONOMODO) - Instalação de cabo óptico com 12 fibras, com todas as ferragens e acessórios necessários, em posteamento pré-existente.	M	2.000	R\$ 15,00	R\$ 30.000,00
36	17655	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CABO ÓPTICO EXTERNO AUTOSSUSTENTADO COM 24FO (MONOMODO) - Instalação de cabo óptico com 24 fibras, com todas as ferragens e acessórios necessários, em posteamento pré-existente.	M	200	R\$ 24,55	R\$ 4.910,00
37	17655	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CABO ÓPTICO EXTERNO AUTOSSUSTENTADO COM 36FO (MONOMODO) - Instalação de cabo óptico com 36 fibras, com todas as ferragens e acessórios necessários, em posteamento ou passagens subterrâneas pré-existente.	M	200	R\$ 35,00	R\$ 7.000,00
38	17655	FORNECIMENTO DE EXTENSOR PIG TAIL LC ÓPTICO MONOMODO - 1,5 METROS - A contratada deve fazer a conectorização indicada pela contratante.	UN	10	R\$ 260,00	R\$ 2.600,00
39	17655	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CORDÃO ÓPTICO COM CONECTOR PADRÃO LC PC/LC PC MONOMODO – DUPLEX - 2,0 METROS – A contratada deve fazer a conectorização indicada pela contratante.	UN	20	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00
40	17655	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CORDÃO ÓPTICO COM CONECTOR PADRÃO SC APC x LC UPC MONOMODO – DUPLEX - 2,0 METROS - A contratada deve fazer a	UN	20	R\$ 105,00	R\$ 2.100,00

		conectorização indicada pela contratante.				
41	17655	INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE ESPELHO PARA PONTO LÓGICO 4X2 PARA ATÉ 2 PONTOS - Fornecimento e instalação de espelho com corpo em termoplástico de alto impacto não propagante à chama, com espaço para etiqueta de identificação e é compatível com as caixas embutidas ou de sobrepor padrão 4" x 2", Furukawa Soho, para 2 pontos lógicos.	UN	220	R\$ 35,00	R\$ 7.700,00
42	1945	REMOÇÃO DE ESTRUTURAS LÓGICAS ANTIGAS E/OU EXISTENTES – A contratada deve fazer a remoção de toda a infraestrutura existente e inadequada a futuras ampliações, como a retirada de eletrocalhas, eletrodutos, canaletas de PVC, cabos de rede, de telefone e de rede, visando a implantação de uma nova infraestrutura. Área construída compreendendo até 250 m². O material retirado deve ser encaminhado ao almoxarifado de cada campus da UFERSA.	UN	10	R\$ 3.000,00	R\$ 30.000,00
43	27570	ORGANIZAÇÃO DE PATCH PANEL - Regulagem, alinhamento e fixação do rack da contratante em parede com fornecimento de todos os acessórios necessários; instalação física de ativos de rede com fornecimento de acessórios, inclusive parafuso philips com porca gaiola; instalação física de passa-cabos, patch panels e voice panels, com fornecimento de acessórios e crimpagem de cabos conforme normas ANSI/TIA/EIA-568B.2; organização de cabeamento e fornecimento de patch cords em comprimento adequado; Identificação de cabos e portas através do padrão ABNT NBR 14565: 2000, com	UN	15	R\$ 230,00	R\$ 3.450,00

		etiquetas autoadesivas e impressão térmica.				
44	13629	INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE ELETROCALHA PERFURADA 50X50X3000 COM ACESSÓRIOS - Compreende a instalação, com aterramento elétrico, do tipo perfurada, incluídos todos os acessórios (curvas 90° horizontal e vertical externa e interna, junção, suspensão vertical, abraçadeiras, chumbador, parafusos, barra rosqueada, "T's, reduções, tampas, cruzeta e cotovelo) por parte da CONTRATADA. compatíveis com os padrões predefinidos em suas terminações, fabricada em chapas de aço SAE 1008/1010 conforme a NBR 11888-2 e NBR 7013.	UN	50	R\$ 250,00	R\$ 12.500,00
45	13692	INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE ELETROCALHA PERFURADA 50X100X3000 COM ACESSÓRIOS - Compreende a instalação, com aterramento elétrico, do tipo perfurada, incluídos todos os acessórios (curvas 90° horizontal e vertical externa e interna, junção, suspensão vertical, abraçadeiras, chumbador, parafusos, barra rosqueada, "T's, reduções, tampas, cruzeta e cotovelo) por parte da CONTRATADA. compatíveis com os padrões predefinidos em suas terminações, fabricada em chapas de aço SAE 1008/1010 conforme a NBR 11888-2 e NBR 7013.	UN	30	R\$ 350,00	R\$ 10.500,00
46	3239	DESLOCAMENTO PARA ATENDIMENTO NOS CAMPI DE ANGICOS, CARAÚBAS, PAU DOS FERROS, POLO SERRA DE SÃO BENTO E SÍTIO ALAGOINHA - Valor a ser pago à CONTRATADA para cobrir as despesas do deslocamento, hospedagem e alimentação em carro próprio.	KM	10.000	R\$ 4,60	R\$ 46.000,00

Valor Total	R\$ 577.045,80
-------------	----------------

11. Adequação orçamentária

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: [153033/15252];

II) Fonte de Recursos: [1000];

III) Programa de Trabalho: [12.364.5013.20RK.0024];

IV) Elemento de Despesa: [339039 - Serviços de Terceiro - PJ e/ou 339040 - Serviços de TIC]
;

V) Plano Interno: [229708];

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CARLOS EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA

Membro da comissão de contratação

CHRISTIEN ANTUNES PINHEIRO FALCAO DE ANDRADE

Integrante Técnico/Integrante Requisitante

ANDRE LUIZ VIANA PEREIRA

Autoridade Máxima da Área de TIC

RODRIGO NOGUEIRA DE CODES

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 28/07/2025 às 17:00:57.